



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundação Municipal da Infância e da Juventude
Pregão Presencial SRP nº 014/2022

Comissão Permanente	89
Licitação	ma

Processo nº 2022.044.000162-3-PR
Data: 06/12/2022



Pregão Presencial SRP nº 014/2022



Processo nº 2022.044.000162-3-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Pq. Santo Amaro, Telefone nº (22) 98175-0911, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial** sob a forma de **Registro de Preços, COM ITENS EXCLUSIVOS E COTA RESERVADA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA** cujo Edital recebeu o nº 014/2022, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, regulamentada pela Lei Municipal nº 8.768, de 11/08/2017, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **14h (quatorze horas) do dia 29 de dezembro de 2022**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração de Enquadramento para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo VII

1.4.8- Termo de Referência - Anexo VIII



1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e componentes de infraestrutura de redes de computadores, para implementação de redes estruturadas de dados nos Conselhos Tutelares, Abrigos, Acolhimentos, Central de Regulação de Vagas, Programa FortaleSer, Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e na sede da Fundação Municipal da Infância e da Juventude**, conforme descrito nos Anexos I e VIII deste Edital.

2.2- A quantidade é estimativa máxima para fornecimento, em conformidade com a legislação em vigor. **A FMIJ não está obrigada a adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a NÃO aquisição.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1.1- FICA ESTABELECIDO QUE NA PRESENTE LICITAÇÃO EXISTEM TRÊS TIPOS DE ITENS: EXCLUSIVOS, COTA RESERVADA E COTA PRINCIPAL, A SABER:

3.1.2- Itens Exclusivos - para participação de licitantes que apresentarem a Declaração de Equiparação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) - Anexo VI e que atendam as exigências do Edital, conforme art. 48, I da Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, e o art. 55 da Lei Municipal nº 8.768, de 11/08/2017.

3.1.3- Itens definidos como Cota Reservada - para participação de licitantes que apresentarem a Declaração de Equiparação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) - Anexo VI e que atendam as exigências do Edital, sem prejuízo de participação na Cota Principal, conforme art. 48, III da Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações e o art. 56 da Lei Municipal nº 8.768, 11/08/2017.



3.1.4- **Itens definidos como Cota Principal** - de ampla participação para todos interessados que atendam as exigências do Edital.

3.1.5- Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame definidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

3.1.6- Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI aptos a participar do presente certame aqueles definidos no Art. 18A da Lei Complementar nº 123/06 e regulamentado na Lei Complementar nº 128/08, sendo esta modalidade de Microempresa.

3.1.7- Equiparam-se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

3.1.8- Deverão apresentar a **Declaração Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI** - o licitante, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, declarando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa de Consumo nos termos da legislação vigente.

3.1.9- A participação na Cota Reservada não impede a participação e contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na Cota Principal, porém se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal de mesmo objeto, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado.

3.1.10- Não havendo vencedor para a Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal de mesmo objeto, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.



PREFEITURA DE

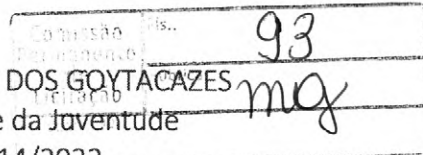
CAMPUS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundação Municipal da Infância e da Juventude

Pregão Presencial SRP nº 014/2022



Processo nº 2022.044.000162-3-PR

Data: 06/12/2022

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.1-1. Quando **Microempreendedor Individual**, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI (www.portaldoempreendedor.org.br);

4.1.1-2. Quando o licitante for **Cooperativa Equiparada** deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;

b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento este a ser apresentado, visando a comprovação da condição do

Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47 | Pq. Santo Amaro | Campos dos Goytacazes/RJ 5
22 981752103 | 22 988264205 | 22 981750911 | www.campos.rj.gov.br



titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do Ato constitutivo (estatuto social, contrato social ou documento equivalente) e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP – Anexo VI, quando for o caso, esta com firma reconhecida, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP



5.1 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO”.

5.2 – A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 – Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;
- c) Na hipótese de não constar na referida proposta a indicação de marca e/ou modelo do objeto cotado pela licitante, o pregoeiro solicitará que o representante da empresa declare qual é a marca e/ou modelo, para fins de registro na ata da sessão, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação pelo pregoeiro. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.**

6.2.1 – Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

6.7 – A empresa licitante deverá apresentar dentro do envelope de proposta os documentos exigidos no item 9 do Termo de Referência (anexo VIII).

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes



deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente à sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social, da declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação - Anexo V, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação - Anexo V, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até



que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.



7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.14- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.15- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 16.1** deste Edital.

7.16- Sendo aceitável o preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.17- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.18- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.18.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.18.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.19- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.20- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo pregoeiro.



7.21- Após o resultado classificatório correspondente e a homologação, o preço será registrado no Sistema de Registro de Preços da FMIJ, cujo resumo será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

7.22- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios contratuais, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema do Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

7.23- O pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.24- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundação Municipal da Infância e da Juventude

Pregão Presencial SRP nº 014/2022

Processo nº	101
Data	06/12/2022

Processo nº 2022.044.000162-3-PR

Data: 06/12/2022

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.2.1- Quando **Microempreendedor Individual**, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI (www.portaldoempreendedor.org.br);

8.1.2.2- Quando o licitante for **Cooperativa Equiparada** deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47 | Pq. Santo Amaro | Campos dos Goytacazes/RJ 13
22 981752103 | 22 988264205 | 22 981750911 | www.campos.rj.gov.br



8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.



8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;

c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;



8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.2- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(ns) efetivamente vencido(s) pela empresa.

8.3.2.1- Em que pese o disposto no subitem 8.3.1.1, na hipótese da comprovação ser realizada por meio de patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

8.3.2.2- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como vencedor.

8.3.2.3- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); procederá conforme definido na parte final do subitem 7.19 (em cada item, conforme o caso), devendo, após encerrada a etapa de lances, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

8.3.2.4- Fica estipulado que, ocorrendo o disposto no subitem 8.3.2.1 e estando a empresa sem representação (independente do motivo), caberá ao pregoeiro definir os itens que serão registrados em favor da empresa, devendo ser dada preferência a ordem crescente da planilha de preços (Anexo I).

8.3.3- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.



8.3.3.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.4.

8.3.3.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.3 e 8.3.4, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.4- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.4.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - Os licitantes deverão apresentar os documentos exigidos no item 11 do Termo de Referência elaborado pela FMIJ – anexo VIII deste edital.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.



8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.



10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso no fornecimento, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelo código 08.244.0042.2437 relativo ao Programa de Trabalho e pela Natureza de Despesa 339030.

12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE ENTREGA

12.1.1- O prazo para entrega do objeto será de 30 (trinta) dias, conforme previsto no item 6 do Termo de Referência (Anexo VIII), elaborado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir a partir da emissão da Ordem Formal de Fornecimento emitida pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude (Anexo VIII do edital) ou da entrega da Nota de Empenho.



12.1.3- Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

12.1.4- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.1.5- Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

12.2- LOCAL DE ENTREGA

12.2.1- O vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado, **conforme item 4 do Termo de Referência**, elaborado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude (Anexo VIII do edital).

12.3- FORMA DE FORNECIMENTO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma integral.

13- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, a FMIJ convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.1.1 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

13.1.2 - Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;



13.1.3 - O compromisso de fornecimento será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

13.2 - Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 13.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

13.5 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

13.6 - A empresa que tenha seu preço registrado obrigará-se a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

13.7 - Ocorrendo a contratação de empresas distintas em um mesmo objeto pertencente à Cota Reservada e Cota Principal, o consumo será iniciado primeiramente pelos itens da empresa vencedora da Cota Reservada. Será admitido o consumo inicial pela licitante vencedora da Cota Principal, mediante justificativa devidamente registrada.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação da **FMIJ** para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

14.1.1 - A cada quantitativo solicitado será formalizado um contrato, que deverá obedecer ao disposto no subitem anterior.



15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

15.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou através do seguinte e-mail: pregao@campos.rj.gov.br.**

15.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

16- DO VALOR

16.1- O valor total estimado pela **Fundação Municipal da Infância e da Juventude** para esta licitação é de **R\$ 574.883,84 (quinhentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos).**

17- DO PAGAMENTO

17.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **FMIJ** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após a entrega e de acordo com o disposto no **Termo de Referência (anexo VIII do edital).**

17.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

17.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.



17.4- O pagamento da parcela será efetuado pela **FMIJ** à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

17.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **FMIJ**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

17.6- - O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa da Excelentíssima Presidente do **FMIJ**, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao mesmo.

17.7- Caso a **FMIJ** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

17.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **FMIJ** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

17.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

17.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

18- DO REAJUSTAMENTO

18.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.



19.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

19.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

19.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

19.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 06 de dezembro de 2022.

Fabiano de Paula

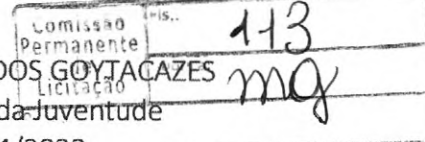
- Presidente da Fundação Municipal da Infância e Juventude -



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundação Municipal da Infância e da Juventude
Pregão Presencial SRP nº 014/2022Processo nº 2022.044.000162-3-PR
Data: 06/12/2022

Anexo I - Proposta Comercial

<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u> <u>(conforme</u> <u>especificações do item 9</u> <u>do Termo de Referência)</u>	<u>QUANT</u>	<u>UNID</u>	<u>MARCA</u>	<u>PREÇO</u> <u>UNITÁRIO</u> <u>EM</u> <u>ALGARISMO</u> <u>(R\$)</u>	<u>PREÇO</u> <u>TOTAL EM</u> <u>ALGARISMO</u> <u>(R\$)</u>
1 Cota principal (art. 48, III, LC nº 123/06)	Cabo de rede UTP - categoria 6, 100% cobre, de 4 pares	113	Caixa			
2 Cota reservada (art. 48, III, LC nº 123/06)	Cabo de rede UTP - categoria 6, 100% cobre, de 4 pares	37	Caixa			
3 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Cabo de rede STP - categoria 6, capa dupla, blindado	12	Caixa/rolo			
4 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Patch Panel com 24 portas - categoria 6, 1U para montagem em armário tipo rack	56	Unidade			
5 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Conector tomada RJ45 KEystone - categoria 6, padrão de montagem EIA/TIA T568A e T568B	780	Unidade			
6 Cota principal (art. 48, III, LC nº 123/06)	Conector RJ45 para cabo de rede UTP, 8 vias para 4 pares, categoria 6	9.000	Unidade			
7 Cota reservada (art. 48, III, LC nº 123/06)	Conector RJ45 para cabo de rede UTP, 8 vias para 4 pares, categoria 6	3.000	Unidade			
8 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Kit porca/parafuso gaiola, padrão M5 ou M6, em aço inox para fixação em racks	360	Unidade			

Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47 | Pq. Santo Amaro | Campos dos Goytacazes/RJ 25
22 981752103 | 22 988264205 | 22 981750911 | www.campos.rj.gov.br



ITEM	DESCRIÇÃO (conforme especificações do item 9 do Termo de Referência)	QUANT	UNID	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
9 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Organizador de cabos horizontal para rack, padrão de altura 1U, largura 19", com tampa removível do tipo click	56	Unidade			

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 014/2022, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 014/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, sobretudo do **item 9 do Termo de Referência** elaborado pela **Fundação Municipal da Infância e da Juventude**.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo



Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FMIJ E
A EMPRESA _____.

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE com sede na av. Rui Barbosa, 553 - Lapa - Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº 36.282.655/0001-47, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Presidente da **Fundação Municipal da Infância e da Juventude**, _____, nos termos do Decreto Municipal nº 365/2009 e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo Sr. _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2022**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei nº 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº 2022.044.000162-3-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e componentes de infraestrutura de redes de computadores, para implementação de redes estruturadas de dados nos Conselhos Tutelares, Abrigos, Acolhimentos, Central de Regulação de Vagas, Programa FortaleSer, Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e na sede da Fundação Municipal da Infância e da Juventude, conforme descrito nos Anexos I e VIII do edital e, em especial, na Nota de Empenho nº ____/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47 | Pq. Santo Amaro | Campos dos Goytacazes/RJ 27
22 981752103 | 22 988264205 | 22 981750911 | www.campos.rj.gov.br



- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº **2022.044.000162-3-PR** e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº **014/2022**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;



- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o CONTRATANTE pelo fornecimento;
- V) entregar os produtos em veículo adequado, observadas as normas de vigilância sanitária;
- VI) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VII) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VIII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ _____ (_____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. **08.244.0042.2437** e pela Natureza de Despesa N.D. **339030**, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irreajustável.



CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;



- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da CONTRATADA;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega do material objeto deste contrato será de 30 (trinta) dias, conforme previsto no item 6 do Termo de Referência, elaborado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude (Anexo VIII do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela CONTRATANTE, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral, nos termos do Termo de Referência (anexo VIII do edital).



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 014/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA e respectivos anexos do processo administrativo nº 2022.044.000162-3-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Contratante:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Contratada:

Testemunhas:



Anexo III - Carta de Credenciamento (Modelo) CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a) , portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº , a participar da Licitação instaurada pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 014/2022**, supra referenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa , **bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.**

Campos dos Goytacazes, de de 2022.

**Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante**



Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial SRP nº 014/2022

.....
.....,
(nome da empresa)
inscrita no CNPJ/MF sob o número, por intermédio de
seu representante legal o (a) Sr
(a)....., portador (a) da
Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº
....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27
da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2022.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação (Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
(nome da empresa)
CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em
cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente
os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO PRESENCIAL SRP**
Nº 014/2022.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo) DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial SRP nº 014/2022

.....(razão social do licitante) com
endereço nainscrita
no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante
legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e
9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de
enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta
a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas
alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em qualquer das vedações
estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar, sendo considerada:**

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123,
de 14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34
da Lei 11.488/07.

Em de de 2022.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022

Ao _____ dia do mês de _____ de dois mil e vinte e dois, a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**, inscrita no CNPJ nº 36.282.655/0001-47, com sede na Av. Rui Barbosa, 553 - Lapa, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.013-000, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 de Lei Federal nº 8.666/93; da Lei 10.520/02; Decreto Municipal nº 065/05, Decreto Municipal nº 342/06, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial para registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e componentes de infraestrutura de redes de computadores, para implementação de redes estruturadas de dados nos Conselhos Tutelares, Abrigos, Acolhimentos, Central de Regulação de Vagas, Programa FortaleSer, Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e na sede da Fundação Municipal da Infância e da Juventude.

Processo nº 2022.044.000162-3-PR, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone/Fax:
Endereço:	
Contato:	
E-mail:	

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Produto	Marca	Valor R\$



- 1.1 No anexo I do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados de consumo, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência da **Fundação Municipal da Infância e da Juventude**, mediante a convocação para a assinatura do contrato.
- 1.2 As quantidades do material que vierem a ser adquiridas serão definidas no respectivo contrato.
2. Ocorrendo a contratação de empresas distintas em um mesmo objeto pertencente a Cota Reservada e Cota Principal, o consumo será iniciado primeiramente pelos itens da empresa vencedora da Cota Reservada. Será admitido o consumo inicial pela licitante vencedora da Cota Principal, mediante justificativa devidamente registrada.
 - 2.1 A entrega deverá ser feita **conforme itens 4 e 6 do Termo de Referência, elaborado pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude (Anexo VIII do edital)**.
 - 2.2 Os produtos deverão conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos.
 - 2.3 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.
 - 2.4 Os licitantes terão seus produtos analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão devolvidos, devendo ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a partir do contato feito pela **Fundação Municipal da Infância e da Juventude**.
 - 2.5 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.
 - 2.6 O pagamento será conforme disposto no item 17 do edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



2.7 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.8 A presente Ata tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

A empresa _____, detentora do registro assume o compromisso de fornecer o objeto, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Empresa

Testemunhas: _____



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundação Municipal da Infância e da Juventude
Pregão Presencial SRP nº 014/2022

Comissão	128
Assinatura	ma

Processo nº 2022.044.000162-3-P
Data: 06/12/2022

ANEXO VIII - TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

Comissão	129
Permanente	
de	
Licitação	mg

1.0 – OBJETIVO

Em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 79 de 25/10/2017 e nº 342106, Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e nº 8768/17, com intuito de atender as necessidades dos Conselhos Tutelares, Abrigos, Acolhimentos e demais instituições vinculadas à Fundação Municipal da Infância e Juventude, foi elaborado o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente seja realizado Pregão Presencial de Registros de Preços SRP, com base na Lei No 10.520, de 17 de julho de 2002, Art. 1º, sobre a aquisição de bens e serviços comuns, e subsidiada pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, para a aquisição de materiais de consumo de infraestrutura de redes, no modo de disputa aberta, com ata de Registros de Preços SRP por 12 meses.

Este Termo de referência, elaborado nos termos das disposições do artigo 7º, inciso I e artigo 6º, inciso IX da Lei Federal 8.666/93, tem por objeto a eventual e futura **aquisição de materiais e componentes de infraestrutura de redes de computadores, para implementação de redes estruturadas de dados nos Conselhos Tutelares, Abrigos, Acolhimentos, Central de Regulação de Vagas, Programa Fortalecer, Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e na sede da Fundação Municipal de Infância e Juventude**, através de Pregão Presencial para Registro de Preços (SRP) com validade de 12 meses.

2.0 – JUSTIFICATIVA

Vivemos em uma sociedade altamente conectada nas redes de comunicação, com grande utilização dos sistemas, serviços e aplicativos disponíveis na internet. Basicamente, todas as atividades desenvolvidas pela sociedade nos dias atuais dependem de sustentação dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, tanto aquelas destinadas ao lazer quanto às educacionais e as que são desenvolvidas e executadas dentro dos espaços de trabalho nas diversas organizações e instituições existentes.

A Fundação Municipal da Infância e Juventude tem sob sua estrutura organizacional diversos abrigos e acolhimentos para atendimento às crianças e adolescentes, assim como os Conselhos Tutelares, entre outros. Assim como a própria FMIJ, todos estes locais estão com sua infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação extremamente defasados, obsoletos e, em muitos



casos, inoperantes. Em alguns locais, os poucos equipamentos que existem são antigos e totalmente fora de sua vida útil.

Ainda quanto à justificativa, diversos são os sistemas, aplicativos e demais serviços desenvolvidos na Fundação e nas instituições vinculadas à FMIJ que necessitam diariamente de acesso às redes, à internet e a própria rede corporativa da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, algo que não está tendo disponibilidade e afeta consideravelmente o desenvolvimento dos trabalhos diários. Tais problemas impactam diretamente nos trabalhos de atendimento para crianças e adolescentes, causando transtornos e atrapalhando medidas urgentes de acolhimento, orientação e, muitas vezes, de proteção à criança e ao adolescente, causando problemas para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em todos os locais há grande deficiência na estrutura de comunicação de dados, impedindo integração com outros demais órgãos públicos que precisam desenvolver seus trabalhos e necessitam de acesso e compartilhamento de informações e dados, através dos mecanismos das redes de computadores e internet.

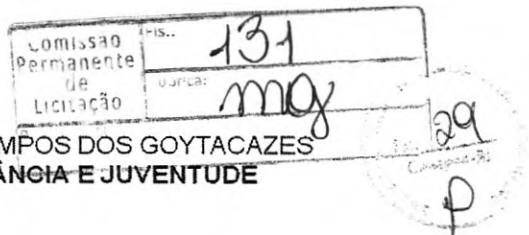
A própria legislação define que há necessidade de integração de órgãos e instituições que atuam na defesa da criança e do adolescente. O próprio ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu Art. 86 define que: *"A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios."*

O Art. 88 do mesmo Estatuto, em seus Incisos, trata da municipalização do atendimento, da criação de conselhos e da integração operacional entre os órgãos de proteção da criança e do adolescente, do judiciário e do Ministério Público.

Ainda o Art. 90 aponta: *"As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes..."*

Diversos são os pontos e determinações dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente que determinam ações e planejamentos que, hoje, devido ao alto índice de Tecnologia da Informação e Comunicação empregado em diversos setores e órgãos, além da necessidade de integração desses órgãos públicos, judiciário, Ministério Público, instituições como a Fundação Municipal da Infância

Julio



e Juventude e suas organizações ligadas, além da grande massa de dados e informações tratadas diariamente, dependem totalmente de uma boa integração e disponibilidade de recursos computacionais, principalmente às redes de computadores e o acesso à internet e seus recursos, serviços e aplicativos, algo que, no cenário atual, há grande impacto negativo por falta de infraestrutura necessária e adequada para o bom provimento de mecanismos de desenvolvimento dos trabalhos e atividades que precisam ser executadas na FMIJ, nos Conselhos Tutelares, Abrigos, Acolhimentos e demais instituições vinculadas à Fundação.

Devido ao fato de, hoje, todas as ações e atividades praticamente serem dependentes de recursos computacionais e das redes de computadores, principalmente aquelas conectadas à internet e, por conta da ausência de uma infraestrutura de redes, de um sistema de cabeamento estruturado e de equipamentos de infraestrutura, ativos de rede, devidamente adequados para às necessidades atuais, faz-se necessária a aquisição, através de procedimento licitatório, urgente de materiais e componentes de infraestrutura de redes para serem disponibilizados na manutenção da rede atual e em futura implementação de sistema de cabeamento estruturado que irá adequar às estruturas computacionais para o provimento de conectividade e interconexão entre os dispositivos intermediários e finais, permitindo o compartilhamento de recursos, a troca de informações e o devido e necessário acesso aos sistemas e aplicações online para a realização de ações e trabalhos diários.

A opção pela modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços SRP se justifica pela possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns sem prejuízo da competitividade e prover a solicitação dos itens, sem a obrigatoriedade da aquisição e com as solicitações na medida em que houver necessidade dos mesmos. O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentariam seus custos. A opção pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 10.520/2002 e não produzirá alteração no resultado final do certame. Além do que, a adoção do pregão em sua forma presencial fortalece o desenvolvimento do comércio local deste município. Há diversas vantagens da forma presencial do pregão sobre a eletrônica, dentre as quais: a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta. A opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes. Considerando as disposições do art. 20 da Lei 8.666/1993, que dispõe que "As licitações serão



efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado."

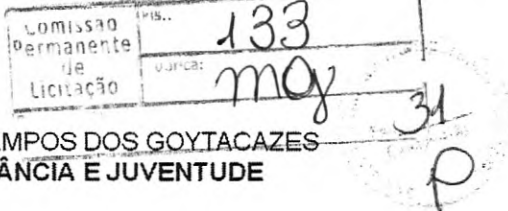
Vale salientar que o art. 1º, §3º da Lei 10.024/2019, traz a obrigatoriedade da adoção do pregão na forma eletrônica pelos entes federativos apenas nos casos de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias. Tratando-se de recursos próprios admite-se a adoção do pregão na forma presencial.

Ainda, a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão presencial, promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar o procedimento licitatório (prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993), verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços, também justificam a decisão da adoção do Pregão Presencial para Registro de Preços SRP. Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços SRP é a que melhor se adequa à contratação do objeto do certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que motivadas, como está disposto nos autos. Por fim, com a devida justificativa sobre o ponto de vista da celeridade, entretanto, sem prejudicar a escolha da proposta mais vantajosa, eis que presente a fase de lances verbais, o Pregão Presencial para Registro de Preços SRP se configura como meio fundamental para aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública de forma mais célere e vantajosa em detrimento às outras formas elencadas na Lei 8.666/93.

3.0 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A modalidade de licitação, ora adotada para a futura e eventual aquisição descritas no presente Termo de Referência será a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**, com validade da ata de 12 meses, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, vez que o mesmo se destina à aquisição de bens ou serviços comuns.

O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e do Decreto nº 3.555/2000, pois os padrões de qualidade podem ser objetivamente e facilmente definidos no Edital e seus anexos, por meio de especificações usuais praticadas no mercado e a seleção da proposta mais vantajosa poderá ser realizada, do mesmo modo, com base nos preços ofertados, desde que atenda de as exigências e especificações



técnicas exigidas, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação técnica criteriosa.

4.0 – LOCAL PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

A entrega dos itens deverá ser realizada na Fundação Municipal da Infância e Juventude, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, localizada na Av. Rui Barbosa, 533 - Lapa, Campos dos Goytacazes - RJ, 28013-000, entre 8:00 horas e 18:00 horas em dia de expediente, de segunda a sexta-feira, mediante prévio comunicado pela contratada.

5.0 - DA MODALIDADE E CRITÉRIO PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Será adotado como critério de julgamento das propostas **O MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, sendo a empresa licitante vencedora aquela que ofertar o menor preço entre os apresentados na sessão de julgamento das propostas.

6.0 – PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

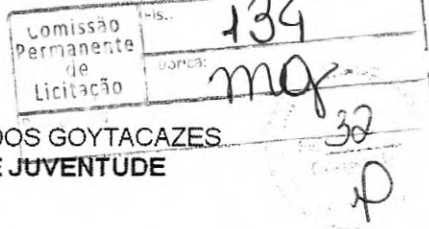
O prazo da entrega dos itens pela contratada será iniciado a partir da data de assinatura do contrato da ordem de fornecimento, assinada por servidor responsável, onde a empresa contratada terá o prazo de 30 (dias) para efetuar a completa entrega do item solicitado em seu quantitativo.

A empresa contratada que não cumprir com os prazos ou especificações previstas neste Termo de Referência, facultado à Administração a aplicação das sanções administrativas pertinentes previstas na lei nº 8666/93 e legislações correlatas.

7.0 – DOS CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação, cabe ao fiscal designado para averiguação do referido contrato. Estes servidores encarregados pelo recebimento dos produtos devem realizar rigorosamente a conferência entre os produtos entregues e a descrição dos mesmos na Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE, podendo ser realizado da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;



b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, ou quando se verificarem danos ou imperfeições que impeçam a utilização ideal dos produtos, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas.

O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- I – Material acondicionado e identificado de acordo com a Especificação Técnica descrita neste Termo de Referência;
- II – Quantidades em conformidade com o estabelecido na Ordem de Fornecimento;
- III – Entregar no prazo, local e horários definidos neste Termo de Referência.

8.0 – CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O licitante, antes da apresentação de sua Proposta Comercial deverá tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações que assumirá se contratado, pois não lhe será admitido alegar, posteriormente, o desconhecimento de informações ou condições locais para justificar atrasos ou inexecução de obrigações contratuais.

9.0 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO

O Proponente deverá, OBRIGATORIAMENTE, apresentar prospecto, catálogo, folder ou datasheet do produto a ser ofertado em sua proposta, juntamente com a mesma, fornecido dentro do envelope entregue, que contenham as características técnicas do material em questão.

A proposta deverá conter, OBRIGATORIAMENTE, o modelo e marca do produto a ser ofertado.

O levantamento das especificações técnicas e quantitativos necessários, que fazem parte do objeto deste instrumento, foi identificado mediante a análise da necessidade urgente de disponibilização, para atender às demandas de recursos computacionais.

Para que haja a disponibilização, manutenção e implementação de uma infraestrutura de um sistema de cabeamento estruturado, faz-se necessária, de forma emergencial e crítica, aquisição dos itens com as especificações constantes a seguir:



Licitação
permanente
de
Licitação
135
mo
31
P

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Lei Complementar 123/06
1	Cabo de rede UTP Categoria 6, 100% cobre, de 4 pares devidamente identificado por cores, suporte a taxa de transmissão de 250 Mhz, 23/24 AWG, revestido por capa pvc retardante à chamas, atendimento à diretiva RoHS, velocidade de propagação nominal de 65% ou superior, atendimento às normas aplicáveis ANSI/TIA 568-D; ISO/IEC 11801; NBR 14703; NBR 14705, suporte a taxa de transmissão de 250 Mhz, 23/24 AWG resistência elétrica máxima CC do condutor 20°C: 93,8 Ohms e com Certificado de Homologação ANATEL. Caixa com mínimo de 300 metros. Cor azul ou vermelho.	caixa	113	1 Cota Principal Art.48, III, L.C. nº 123/06
2	Cabo de rede UTP Categoria 6, 100% cobre, de 4 pares devidamente identificado por cores, suporte a taxa de transmissão de 250 Mhz, 23/24 AWG, revestido por capa pvc retardante à chamas, atendimento à diretiva RoHS, velocidade de propagação nominal de 65% ou superior, atendimento às normas aplicáveis ANSI/TIA 568-D; ISO/IEC 11801; NBR 14703; NBR 14705, suporte a taxa de transmissão de 250 Mhz, 23/24 AWG resistência elétrica máxima CC do condutor 20°C: 93,8 Ohms e com Certificado de Homologação ANATEL. Caixa com mínimo de 300 metros. Cor azul ou vermelho.	caixa	37	2 Cota Reservada Art.48, III, L.C. nº 123/06)
3	Cabo de rede STP Categoria 6, capa dupla, blindado, proteção contra interferência Eletromagnética (EMI), classe de flamabilidade CMX, uso interno/externo, fio de aterramento de 26 AWF em contato com a blindagem, suporte a taxa de transmissão de 250 Mhz, 23/24 AWG, velocidade de propagação nominal de 65% ou superior, atendimento às normas aplicáveis ANSI/TIA 568-D; ISO/IEC 11801; NBR 14703; NBR 14705, 1ª CAPA: composto termoplástico PVC, retardante a chama diâmetro mínimo 6mm. 2ª CAPA: composto termoplástico PVC retardante a chama com proteção a raios UV, classe de flamabilidade CMX, diâmetro mínimo de 7mm. Atendimento à diretiva RoHS e certificado de homologação ANATEL. Caixa ou rolo carretel com mínimo de 300 metros	caixa / rolo	12	3 item exclusivo art.48, I, L.C. nº 123/06)
4	Patch Panel com 24 portas, Categoria 6, 1U para montagem em armário tipo rack, Tipo de Conector: RJ45 Fêmea Fixado em Circuito Impresso - Tipo de Cabo: UTP CAT6 - Diâmetro do Condutor: 22 a 26 AWG, Padrão de Montagem EIA/TIA T568A e T568B, Suporte a IEEE 802.3, 1000 Base-T, 1000 Base-TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862. Pintura anticorrosão na cor preta	Unidade	56	4 Item Exclusivo Art.48, I, L.C. nº 123/06)



5	Conector tomada RJ45 Keystone, Categoria 6, Padrão de Montagem EIA/TIA T568A e T568B, corpo em termoplástico de autoimpacto, retardante ou não propagante à chamas, conexão traseira no padrão IDC, identificação dos códigos de cores das conexões, suporte a diâmetro de condutor de 22 a 26 AWG, cor branca, suporte de velocidades 10/100/1000Mbps para distâncias até 100 metros.	Unidade	780	5 item exclusivo art.48, I, L.C. nº 123/06)
6	Conector RJ45 para cabo de rede UTP, 8 vias para 4 pares, Categoria 6, contatos banhados a ouro, diâmetro do condutor de 22 a 26 AWG, atendimento à diretiva RoHS, atendimento às normas EIA/TIA 568, ISO/IEC 11801, NBR 14565, FCC 68.5.	Unidade	9.000	6 Cota Principal Art.48, III, L.C. nº 123/06
7	Conector RJ45 para cabo de rede UTP, 8 vias para 4 pares, Categoria 6, contatos banhados a ouro, diâmetro do condutor de 22 a 26 AWG, atendimento à diretiva RoHS, atendimento às normas EIA/TIA 568, ISO/IEC 11801, NBR 14565, FCC 68.5.	Unidade	3.000	7 Cota Reservada Art.48, III, L.C. nº 123/06)
8	Kit porca/parafuso gaiola, padrão M5 ou M6, em aço inox para fixação em racks, com sistema de aperto Phillips e seguindo diretiva RoHS. Cada unidade deverá ser composta por um Kit composto por dois parafusos e duas porcas gaiola.	Unidade	360	8 item exclusivo art.48, I, L.C. nº 123/06)
9	Organizador de cabos horizontal para rack, padrão de altura 1U, largura 19", com tampa removível do tipo click, confeccionado em chapa de aço inox, acabamento em pintura eletrostática e pó texturizado, profundidade mínima de 50mm.	Unidade	56	9 item exclusivo art.48, I, L.C. nº 123/06)

10.0 - DA NATUREZA DO OBJETO

O bem ou serviço que constitui o objeto deste Termo de Referência enquadra-se no conceito de bens e serviços comuns, nos termos da Lei 10.520/02, onde os requisitos técnicos são suficientes para determinar o conjunto da solução escolhida, constatando-se, ainda, que a solução é fornecida por mais de uma empresa no mercado.

11 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As LICITANTES deverão apresentar um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo privado, com firma reconhecida, comprovando já ter fornecido, de maneira satisfatória, serviços ou equipamentos semelhantes ao objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido



Comissão Permanente de Licitação	Nº 131 Data: 13/05/2013 Assinatura: [assinatura]	3
---	--	---

(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou o (s) serviço (s); Data da emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

12.0 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

Além das obrigações já definidas neste Termo de Referência, a empresa que vier a ser contratada, deverá seguir outras obrigações de caráter geral:

- A CONTRATADA responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990);
- Efetuar a entrega dos produtos de acordo com a necessidade e o interesse no âmbito da FMIJ, no prazo e locais estabelecidos neste Termo de Referência;
- Os produtos deverão ser entregues livres de toda e qualquer despesa pertinente de frete, carga, descarga, ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para perfeita execução do objeto deste instrumento, caso se faça necessário, cabendo à CONTRATADA, arcar com todos os custos inerentes aos mesmos;
- Caso o produto venha a apresentar vícios durante sua validade, A CONTRATADA será responsável por substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente por quaisquer danos, prejuízos ou acidentes que, em virtude de seu fornecimento vier a ser causado ao Município, incluindo-se danos causados a terceiros, obrigando-se a garantir a qualidade do produto a ser entregue, bem como da qualidade e segurança dos usuários;
- A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado na execução do fornecimento, a legislação pertinente, especialmente as obrigações da Legislação Trabalhista, que lhe tocam por inteiro, com as quais arcará e pelas quais responderá.
- Manter, durante o prazo de validade do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Caso haja necessidade de alteração no período de entrega, a Fundação Municipal da Infância e Juventude informará à CONTRATADA, com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência;

[assinatura]
Carlos Américo de Almeida Falca
Gerente de Compras-FMIJ
Matrícula: 41.083



- A entrega do produto será executada com Nota Fiscal em 03 (três) vias, assinadas pelo fornecedor e pelo funcionário responsável pelo recebimento dos produtos.
- A CONTRATADA deverá atender fielmente aos quantitativos e especificações de que trata a proposta apresentada pela Fundação Municipal da Infância e Juventude, assim como obedecer rigorosamente o prazo e locais de entrega, sob pena do não recebimento e até mesmo o cancelamento do contrato.

13.0 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas cláusulas do futuro Contrato;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- Comunicar à CONTRATADA quaisquer ocorrências para que procedam aos reparos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do contrato.
- Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do fornecimento e as cláusulas contratuais deste instrumento, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- Indicar os locais e horários em que deverá ser realizada a entrega dos produtos;
- A Fundação Municipal da Infância e Juventude não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.0 – DA FISCALIZAÇÃO:

A Fundação Municipal da Infância e Juventude reserva-se no direito de, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, exercer a mais ampla e completa fiscalização na empresa vencedora, mediante Comissão Técnica, constituída especificamente para este fim, visando à verificação da conformidade quantitativa e qualitativa dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto.

Havendo desacordo com as especificações, detalhamento e condições constantes deste Termo, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos, no contrato e demais sanções cabíveis.

15 - DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO A ATA

Será permitido a outros órgãos, Secretarias e demais entidades da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes efetuar adesão a ata vigente deste objeto, assim como a demais órgãos públicos da administração municipal, estadual ou federal.

Caberá ao requisitante a consulta ao Órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços informações sobre o quantitativo pretendido para fins de verificação da possibilidade de adesão.

Carlos Américo de Almeida Falcão
Gerente de Compras-FMIJ
Matrícula: 41.083



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação	Nº 139	bt
	MO	P

16.0- CONSIDERAÇÕES GERAIS:

A CONTRATADA deverá conhecer todo o Termo de Referência disposto acima, para evitar o descumprimento e/ou inexecução de obrigações contratuais alegando desconhecimento de informações.

17.0 – DISPOSIÇÕES FINAIS

As normas disciplinadoras deste Termo serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança.

18.0 – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Programa de Trabalho: 08.244.0042.2437

Natureza de Despesa: 3.3.90.30

Fonte: 144

Ficha: 3177

Campos dos Goytacazes, 15 de agosto de 2022.

Carlos Américo de Almeida Falcão
Carlos Américo de Almeida Falcão
Gerente de Compras- FMIJ
Matr: 41.083

Carlos Américo de Almeida Falcão
Gerente de Compras- FMIJ
Matrícula: 41.083

Gustavo Viana Neves
Gustavo Viana Neves
Diretor administrativo financeiro-FMIJ
Matr.: 40.815-FMIJ



PREFEITURA DE
CAMPUS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação
140
ma

38

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

TIMBRADO DA EMPRESA

Objeto: Aquisição de *materiais e componentes de infraestrutura de redes de computadores, para implementação de redes estruturadas de dados nos Conselhos Tutelares, Abrigos, Acolhimentos, Central de Regulação de Vagas, Programa FortaleSer, Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e na sede da Fundação Municipal de Infância e Juventude*

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Cabo de rede UTP Categoria 6, 100% cobre, de 4 pares devidamente identificado por cores, suporte a taxa de transmissão de 250 Mhz, 23/24 AWG, revestido por capa pvc retardante à chamas, atendimento à diretiva RoHS, velocidade de propagação nominal de 65% ou superior, atendimento às normas aplicáveis ANSI/TIA 568-D; ISO/IEC 11801; NBR 14703; NBR 14705, suporte a taxa de transmissão de 250 Mhz, 23/24 AWG resistência elétrica máxima CC do condutor 20°C: 93,8 Ohms e com Certificado de Homologação ANATEL. Caixa com mínimo de 300 metros. Cor azul ou vermelho.	caixa	150		
2	Cabo de rede STP Categoria 6, capa dupla, blindado, proteção contra interferência Eletromagnética (EMI), classe de flamabilidade CMX, uso interno/externo, fio de aterramento de 26 AWF em contato com a blindagem, suporte a taxa de transmissão de 250 Mhz, 23/24 AWG, velocidade de propagação nominal de 65% ou superior, atendimento às normas aplicáveis ANSI/TIA 568-D; ISO/IEC 11801; NBR 14703; NBR 14705, 1ª	caixa / rolo	12		

[Assinatura]



	CAPA: composto termoplástico PVC, retardante a chama diâmetro mínimo 6mm. 2ª CAPA: composto termoplástico PVC retardante a chama com proteção a raios UV, classe de flamabilidade CMX, diâmetro mínimo de 7mm. Atendimento à diretiva RoHS e certificado de homologação ANATEL. Caixa ou rolo carretel com mínimo de 300 metros				
3	Patch Panel com 24 portas, Categoria 6, 1U para montagem em armário tipo rack, Tipo de Conector: RJ45 Fêmea Fixado em Circuito Impresso - Tipo de Cabo: UTP CAT6 - Diâmetro do Condutor: 22 a 26 AWG, Padrão de Montagem EIA/TIA T568A e T568B, Suporte a IEEE 802.3, 1000 Base-T, 1000 Base-TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862. Pintura anticorrosão na cor preta	Unidade	56		
4	Conector tomada RJ45 Keystone, Categoria 6, Padrão de Montagem EIA/TIA T568A e T568B, corpo em termoplástico de autoimpacto, retardante ou não propagante à chamas, conexão traseira no padrão IDC, identificação dos códigos de cores das conexões, suporte a diâmetro de condutor de 22 a 26 AWG, cor branca, suporte de velocidades 10/100/1000Mbps para distâncias até 100 metros.	Unidade	780		
5	Conector RJ45 para cabo de rede UTP, 8 vias para 4 pares, Categoria 6, contatos banhados a ouro, diâmetro do condutor de 22 a 26 AWG, atendimento à diretiva RoHS, atendimento às normas EIA/TIA 568, ISO/IEC 11801,	Unidade	12000		



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Comissão Permanente de Licitação
142
mq



	NBR 14565, FCC 68.5.				
6	Kit porca/parafuso gaiola, padrão M5 ou M6, em aço inox para fixação em racks, com sistema de aperto Phillips e seguindo diretiva RoHS. Cada unidade deverá ser composta por um Kit composto por dois parafusos e duas porcas gaiola.	Unidade	360		
7	Organizador de cabos horizontal para rack, padrão de altura 1U, largura 19", com tampa removível do tipo click, confeccionado em chapa de aço inox, acabamento em pintura eletrostática e pó texturizado, profundidade mínima de 50mm.	Unidade	56		

Valor Total Global:

Validade da Proposta:

Campos dos Goytacazes, ... de de 2022.

(Assinatura e carimbo de CNPJ)

Carlos Américo de Almeida Falcão
Gerente de Compras - FMIJ
Matrícula: 41.083